

# Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos



2016

Plano de Benefício Definido  
**PBD**

# Sumário

01



Gestão  
Previdencial

02



Gestão  
Contábil

03



Gestão dos  
Investimentos

04



Governança

Redação, Edição e Diagramação: Previdência Usiminas

Esta é uma publicação anual produzida pela Previdência Usiminas em cumprimento aos dispositivos legais e estatutários que disciplinam as Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC

# Apresentação

## Navegar é preciso

*“Um navio no porto está em segurança.  
Mas não foi para isso que os navios foram feitos”  
(John Shedd)*

Em 1984, quando o economista e navegador Amyr Klink atravessou o Atlântico Sul da África para o Brasil, num barco a remo, não existia acesso público à internet e a tecnologias como telefone móvel ou GPS. Foram nada menos que cem dias de profunda solidão, entre o céu e o mar, em sua jornada de três mil e setecentas milhas. E ele seguiu viagem de forma destemida, movido apenas pelas correntes marinhas e pela força dos remos. Dentre os inúmeros desafios que se apresentaram ao longo do percurso, o navegador enfrentou uma tempestade de sete dias ininterruptos. Quando a tormenta passou, ele pegou seu caderno de bordo e fez a seguinte anotação: “Nada é mais certo do que a chegada do bom tempo após uma tempestade que parece interminável”. Mais de três décadas se passaram e o feito de Amyr Klink jamais foi repetido.

A determinação do navegador, que ao longo de sua carreira realizou outros projetos inéditos, entre eles o de dar uma volta completa à Antártica seguindo por uma rota com ondas de até 25 metros, serve de inspiração para pessoas e organizações do mundo inteiro. Quando o cenário se apresenta duvidoso e recuar parece ser a única saída, o exemplo de Amyr Klink ensina que, com estratégias inteligentes, motivação e coragem, é sempre possível superar desafios e transformá-los em oportunidades.

É nesse tipo de postura que a Previdência Usiminas se espelha: se não dá para mudar os ventos, é sempre possível ajustar as velas do barco e seguir em frente. Foi desta maneira que a Entidade enfrentou as instabilidades e incertezas econômicas e políticas de 2016. Ancorando suas ações com a prudência necessária para navegar em mares turbulentos, foi possível superar as metas atuariais/ benchmarks dos planos administrados estabelecidos para o ano.

É com satisfação que apresentamos, ao longo deste Relatório, as principais informações do Plano de Benefício Definido - PBD. Além de cumprirmos uma exigência legal, este é um momento oportuno para reafirmarmos que os resultados alcançados em 2016 fazem parte de nosso compromisso com todos os Participantes e Assistidos. A publicação é ainda um instrumento que oferece aos Órgãos Reguladores, Colegiados e Empresas Patrocinadoras uma visão panorâmica do desempenho do plano.

Agradecemos a todos que contribuíram em favor dos resultados até então alcançados.

Desejamos uma ótima leitura!

# Gestão Previdencial

# 01

Plano de Benefício Definido

# PBD

# Plano de Benefícios

O Plano de Benefício Definido - PBD, estruturado na modalidade de Benefício Definido (BD) está inscrito no Cadastro Nacional de Plano de Benefícios das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – CNPB sob o nº 1975.0002-18.

Ao final do exercício o Plano contava com uma população de 7.865 participantes e assistidos (aposentados e pensionistas) . A folha de pagamento dos assistidos ultrapassou R\$136 milhões em 2016. Os gráficos e quadros a seguir informam os principais números do Plano em comparação com o exercício de 2015. Acompanhe:

## Participantes, Aposentados e Pensionistas

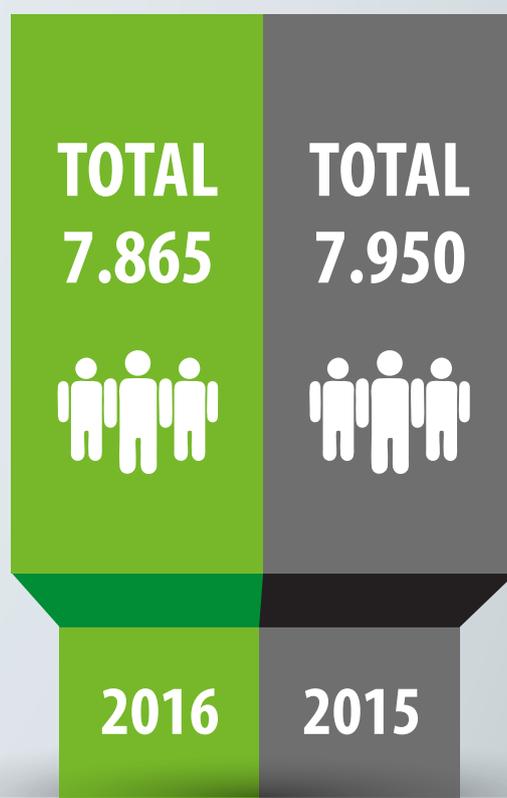
### Participantes \*



### Aposentados



### Pensionistas



(\*) Inclui Ativos, Autopatrocinaados e BPD

## Número de Aposentados por faixa etária

Até 45 anos



2016



2015

46 a 50 anos



2016



2015

51 a 55 anos



2016



2015

56 a 60 anos



2016



2015

61 a 65 anos



2016



2015

Acima de 65 anos



2016



2015

## Aposentadorias/Pensão por Tipo de Benefício

### Tempo de Contribuição

2.137



2016

2.172



2015

### Especial

2.214



2016

2.262



2015

### Idade

11



2016

13



2015

### Invalidez

1.173



2016

1.205



2015

### Pensão por Morte

2.294



2016

2.221



2015

## Origem e Destinação dos Recursos - em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (em R\$)

Origem dos Recursos	2016	2015
Contribuições Normais das Patrocinadoras <sup>1</sup>	531.946,53	3.283.513,88
Contribuições Normais dos Participantes	70.504,15	93.276,60
Déficit Equacionado	25.686.338,67	24.978.107,61
<b>Total</b>	<b>26.288.789,35</b>	<b>28.354.898,09</b>

<sup>1</sup> Com a alteração regulamentar do PBD, homologada pela PREVIC em abril/2015, implementou-se a utilização do retorno dos investimentos do plano para cobertura de suas respectivas despesas administrativas. Assim, a partir de maio/2015, tal utilização foi praticada com vistas à cobertura parcial das despesas administrativas. Contou-se ainda com as contribuições da patrocinadora Usiminas, destinadas ao mesmo fim, uma vez que o plano de custeio em execução deveria ser praticado até fevereiro/2016. A partir de março/2016, quando finalizada a execução do plano de custeio anterior, as despesas administrativas do PBD passaram a ser integralmente cobertas pelo retorno dos investimentos do plano.

Destinação dos Recursos	2016	2015
Pagamento de Benefícios	136.698.554,22	125.863.212,14
Pagamento de Resgates	336.576,56	91.521,94
<b>Total</b>	<b>137.037.146,78</b>	<b>125.954.734,08</b>

# Síntese da situação atuarial do Plano de Benefício Definido - PBD

Resumimos a seguir o Parecer Atuarial do Plano de Benefício Definido - PBD emitido pela Willis Towers Watson Consultoria. O documento é integrante das Demonstrações Atuariais (DA), concernente à avaliação atuarial do plano.

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2016 foi utilizado o cadastro de dados individuais posicionado em 31/8/2016. A Consultoria analisou a aderência das tábuas de mortalidade de válidos e inválidos, entrada em invalidez e rotatividade à população de participantes do plano, visando atender os dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18/2006 e da Instrução nº 23/2015, além das hipóteses de composição familiar, probabilidade de aposentadoria e probabilidade de opção pelos institutos. Foi também realizado estudo da projeção de crescimento real dos salários, crescimento real dos benefícios, da taxa real anual de juros que deverá ser utilizada como taxa de desconto e do fator de determinação ao longo do tempo.

A íntegra do documento está disponível para leitura no portal da Entidade: [www.previdenciausiminas.com](http://www.previdenciausiminas.com).

## Hipóteses e métodos atuariais

HIPÓTESES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS	2016	2015
Taxa real anual de juros	5,50%	5,50%
Projeção do crescimento real de salário	1,66%	4,11%
Projeção do crescimento real do benefício do INSS	0,00%	0,00%
Projeção do crescimento real dos benefícios do plano	0,00%	0,00%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo		
- Salários	97%	97%
- Benefícios do plano	97%	97%
- Benefícios do INSS	97%	97%

HIPÓTESES BIOMÉTRICAS E DEMOGRÁFICAS	2016	2015
Tábua de mortalidade geral	AT – 1983 <sup>1</sup>	AT- 1983 <sup>1</sup>
Tábua de mortalidade de inválidos	AT – 1949 masculina	AT – 1949 masculina
Tábua de entrada de invalidez	Light média	Light média
Tábua de rotatividade	Experiência Willis Towers Watson modificada (+0,045)	Experiência Willis Towers Watson modificada (+0,045)
Probabilidade de Aposentadoria	100% na primeira idade elegível à aposentadoria	100% na primeira idade elegível à aposentadoria
Composição Familiar		
- Benefícios Concedidos		
Aposentados	Cônjuge informado	Cônjuge informado
Pensionistas	Composição informada	Composição informada
- Benefícios a Conceder		
Cônjuge	Mulher 5 anos mais nova do que o homem	Mulher 4 anos mais nova do que o homem
Probabilidade de casados na aposentadoria	80%	95%
Probabilidades de opção pelos Institutos após o término do vínculo empregatício com as patrocinadoras		
- Resgate	65%	70%
- Benefício Proporcional Diferido	15%	30%
- Portabilidade	0%	0%
- Autopatrocínio	20%	0%
Hipótese de Morbidez	Experiência de pagamento real do benefício nos últimos 2 anos	Experiência de pagamento real do benefício nos últimos 2 anos

<sup>1</sup> Constituída com base na AT – 1983 Basic suavizada em 10% (taxa de mortalidade reduzidas de 10%), segregada por sexo.

# Algumas razões para a seleção das principais hipóteses

## Taxa real anual de juros

A taxa real anual de juro, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, é realizada com base em estudos técnicos que comprovem a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.

O Estudo foi desenvolvido utilizando os fluxos de benefícios e contribuições do plano posicionados em 31/12/2015, elaborados com as hipóteses recomendadas pelos estudos de aderência das hipóteses biométricas e demográficas realizado em outubro de 2015 e pelo estudo de aderência da hipótese de crescimento salarial realizado em setembro de 2015 segundo as regras do plano estabelecidas no regulamento vigente.

Os resultados do estudo de aderência e adequação da taxa real de juros, considerando a distribuição da rentabilidade real líquida projetada para o plano, após a apuração da taxa interna de retorno (TIR) dos passivos, indicaram, com intervalo de confiança de 62%, suporte para a adoção da taxa real de juros de 5,50% a.a.. Assim, pode-se afirmar, com nível de confiabilidade estatística a aderência da taxa real de juros de 5,50% a.a. para o plano, condição que sinaliza a cobertura da taxa real de juros frente a taxa de retorno real esperada dos recursos garantidores.

Sendo assim, a Previdência Usiminas e as patrocinadoras do plano optaram por manter a taxa real anual de juros de 5,50% a.a. adotada na avaliação atuarial de 2015.

## Projeção do crescimento real de salário

A taxa de projeção do crescimento real de salário deve ser baseada na política de recursos humanos de longo prazo das patrocinadoras do plano de benefícios de modo a refletir o aumento real médio de salário que as empresas estimam que um empregado tenha ao longo de toda a sua carreira.

As patrocinadoras consideram que as taxas de projeção do crescimento real dos salários apontadas no estudo de aderência da hipótese de projeção de crescimento real de salários, realizada em outubro de 2016, refletem as suas expectativas com relação à evolução futura média dos salários ao longo da carreira do empregado, de acordo com a respectiva política de recursos humanos.

## Projeção do crescimento real dos benefícios

Com base no regulamento desse plano, não há previsão de aumentos reais dos benefícios.

## Fator de determinação do valor real ao longo do tempo

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Esse fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerá durante o período de 12 meses.

A adoção de um fator de 97% nos benefícios do plano reflete a expectativa de uma inflação anual de aproximadamente 5,0%.

## Hipóteses biométricas e demográficas

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrências de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo. Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

Os resultados dos estudos de aderência de hipóteses que contemplaram a massa de participantes do plano indicaram pela necessidade de ajustes na hipótese de composição familiar e pela manutenção em 2016 das demais hipóteses biométricas e demográficas. A Consultoria recomendou o contínuo acompanhamento das ocorrências na análise de aderência.

## Regime financeiro de métodos atuariais

Os benefícios do PBD são avaliados conforme os seguintes regimes e métodos:

- Regime Financeiro – para auxílio-funeral dos participantes ativos, auxílio-doença e auxílio-natalidade foi adotado o regime de repartição de capitais de cobertura e os demais benefícios foram avaliados por capitalização;
- Métodos atuariais – para avaliação atuarial dos benefícios por capitalização, foi adotado o método agregado.

## Resumo comparativo do plano de custeio

Apresentamos a seguir o quadro comparativo dos percentuais indicados para 2016 com os que deverão ser praticados em 2017:

Taxas de contribuição em % da folha de participação	Novo plano de custeio	Plano de custeio anterior
<b>Patrocinadores</b>		
Normal	8,65%	8,65%
Custeio Administrativo	0,00%	0,00%
Contribuição total dos Patrocinadores	8,65%	8,65%
<b>Participantes</b>		
Normal	2,06%	2,48%
Contribuição total dos Participantes	2,06%	2,48%

## Conclusão

O aumento do déficit técnico decorre do ajuste de precificação apurado no exercício de 2016 quando comparado com o exercício de 2015, conforme Resolução nº 16/2014.

Face ao exposto, os atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do PBD atestam que o plano encontra-se financeiramente equilibrado em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, uma vez que o contrato de dívida está sendo reajustado e que o déficit técnico corresponde ao valor do ajuste de precificação.

# Alteração Regulamentar

## Artigo 194

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, por meio do Parecer nº 34/2017/CAL/CGAT/DITEC de 17/1/2017 e da Portaria nº 35 de 18/1/2017, publicada no Diário Oficial da União de 20/1/2017, aprovou a alteração proposta para o Plano de Benefício Definido – PBD.

A aprovação refere-se essencialmente à alteração redacional do artigo 194 do regulamento do Plano com vistas à exclusão de fundo previdencial de oscilação de riscos. A alteração regulamentar demandou revisão do instrumento particular de dívida celebrado entre a Previdência Usiminas e a Usiminas relacionado ao PBD.

O objetivo desta alteração é buscar a desoneração do Plano, sem prejuízo da observância das disposições da legislação vigente aplicável.

# Gestão Contábil

# 02

Plano de Benefício Definido

# PBD

# Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas em atendimento às disposições dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11, e as práticas contábeis brasileiras. Tais demonstrações foram auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e a íntegra do documento está disponível para leitura no portal da Entidade. A seguir, você confere a DAL e a DMAL, em reais, e informações sobre as despesas administrativas. Acompanhe:

## Demonstração do Ativo Líquido - DAL

em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (em R\$)

Este demonstrativo tem como finalidade evidenciar de forma individualizada os componentes patrimoniais do plano de benefícios, ao final de cada exercício.

DESCRIÇÃO	2016	2015	Varição (%)
<b>1. Ativos</b>	<b>1.503.278.213,28</b>	<b>1.445.515.724,93</b>	<b>4,00</b>
Disponível	32.460,66	521.345,30	(93,77)
Recebível	29.600.113,63	39.290.858,98	(24,66)
Investimentos	1.473.645.638,99	1.405.703.520,65	4,83
Títulos Públicos	904.057.690,50	731.562.376,22	23,58
Créditos Privados e Depósitos	443.135.077,96	576.740.562,93	(23,17)
Fundos de Investimento	92.744.432,90	61.700.808,04	50,31
Investimentos Imobiliários	12.345.659,95	14.867.576,06	(16,96)
Empréstimos e Financiamentos	5.920.877,18	5.835.295,83	1,47
Depósitos Judiciais/Recursais	15.441.900,50	14.996.901,57	2,97
<b>2. Obrigações</b>	<b>91.789.964,79</b>	<b>100.937.738,44</b>	<b>(9,06)</b>
Operacional	5.251.628,46	23.591.639,62	(77,74)
Contingencial	86.538.336,33	77.346.098,82	11,88
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>497.945,75</b>	<b>509.946,47</b>	<b>(2,35)</b>
Fundos Administrativos	284.685,93	275.219,02	3,44
Fundos dos Investimentos	213.259,82	234.727,45	(9,15)
<b>4. Resultados a Realizar</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>5. Ativo Líquido (1-2-3-4)</b>	<b>1.410.990.302,74</b>	<b>1.344.068.040,02</b>	<b>4,98</b>
Provisões Matemáticas	1.308.097.792,02	1.250.218.032,20	4,63
Déficit Técnico	(53.834.985,69)	(104.982.223,42)	(48,72)
Fundos Previdenciais <sup>1</sup>	156.727.496,41	198.832.231,24	(21,18)
<b>6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>			
a) Equilíbrio Técnico	(53.834.985,69)	(104.982.223,42)	(48,72)
b) (+) Ajuste de Precificação	53.834.985,69	39.390.686,98	36,67
c) (-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	-	(65.591.536,44)	(100,00)

(1) A posição financeira de 31/12/2016 não considera a alteração do regulamento promovida com objetivo de reverter do Fundo de Oscilações de Riscos para resultado do plano. Esta alteração regulamentar do PBD foi aprovada pela PREVIC através da Portaria PREVIC nº 35 de 18/01/2017 e está sendo considerada apenas no plano de custeio a partir de março de 2017, data posterior a aprovação da reversão do Fundo de Oscilações de Riscos da PREVIC.

# Demonstração das Mutações do Ativo Líquido - DMAL

em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (em R\$)

Este demonstrativo tem como finalidade evidenciar de forma individualizada as modificações sofridas pelo ativo líquido do plano de benefícios, ao final de cada exercício.

DESCRIÇÃO	2016	2015	Variação (%)
<b>A) Ativo Líquido - Início de Exercício</b>	<b>1.344.068.040,02</b>	<b>1.280.317.835,94</b>	<b>4,98</b>
<b>1. Adições</b>	<b>233.791.939,73</b>	<b>209.361.823,02</b>	<b>11,67</b>
(+) Contribuições	52.651.055,64	43.889.219,51	19,96
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	181.140.884,09	165.472.603,51	9,47
<b>2. Destinações</b>	<b>(166.869.677,01)</b>	<b>(145.611.618,94)</b>	<b>14,60</b>
(-) Benefícios	(144.757.597,90)	(140.894.866,09)	2,74
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(20.492.158,64)	(549.742,32)	3.627,59
(-) Custeio Administrativo	(1.619.920,47)	(4.167.010,53)	(61,13)
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>66.922.262,72</b>	<b>63.750.204,08</b>	<b>4,98</b>
(+) Provisões Matemáticas	57.879.759,82	94.745.681,47	(38,91)
(+/-) Fundos Previdenciais	(42.104.734,83)	14.871.960,28	(383,11)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	51.147.237,73	(45.867.437,67)	(211,51)
<b>4. Operações Transitórias</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3+4)</b>	<b>1.410.990.302,74</b>	<b>1.344.068.040,02</b>	<b>4,98</b>
<b>C) Fundos não Previdenciais</b>	<b>497.945,75</b>	<b>509.946,47</b>	<b>(2,35)</b>
(+) Fundos Administrativos	284.685,93	275.219,02	3,44
(+) Fundos dos Investimentos	213.259,82	234.727,45	(9,15)

# Despesas Consolidadas da Entidade e do Plano

em 31 de dezembro de 2016 (em R\$)

Informações consolidadas sobre as despesas do Plano - PBD

Descrição	Dezembro/2016
Pessoal e encargos	1.934.851,06
Consultorias (atuarial, de investimentos, etc.)	211.386,96
Honorários advocatícios	1.361.288,81
Auditoria (contábil)	26.691,02
Custódia (Banco Itaú, Cetip, Selic e CBLC)	221.486,58
Avaliações atuariais	24.155,56
Comunicação	61.773,26
Informática	229.978,81
TAFIC	120.000,00
PIS/COFINS	225.908,08
Outras despesas (treinamentos, outros serviços de terceiros, etc.)	431.251,51
<b>Total das Despesas Administrativas</b>	<b>4.848.771,65</b>

Despesas Administrativas Segregadas Por Gestão	
Despesas administrativas - gestão previdencial	3.319.600,30
Despesas administrativas - gestão dos investimentos	1.529.171,35
<b>Total das Despesas Administrativas</b>	<b>4.848.771,65</b>

<b>Despesas Registradas nos Fundos Exclusivos do Plano *</b> (Taxa de administração, Cetip, Selic, CVM, auditoria, etc.)	<b>224.895,08</b>
---	-------------------

Consolidado de todos os Planos (USIPREV, PB1, COSIprev e PBD)

Descrição	Dezembro/2016
Pessoal e encargos	10.247.174,15
Consultorias (atuarial, de investimentos, etc.)	1.401.856,74
Honorários advocatícios	2.443.740,86
Auditoria (contábil)	130.690,70
Custódia (Banco Itaú, Cetip, Selic e CBLC)	1.195.310,68
Avaliações atuariais	117.203,10
Comunicação	285.123,02
Informática	1.248.476,70
TAFIC	540.000,00
PIS/COFINS	1.255.339,48
Outras despesas (treinamentos, outros serviços de terceiros, etc.)	1.990.712,03
<b>Total das Despesas Administrativas</b>	<b>20.855.627,46</b>

Despesas Administrativas Segregadas Por Gestão	
Despesas administrativas - gestão previdencial	12.110.844,87
Despesas administrativas - gestão dos investimentos	8.744.782,59
<b>Total das Despesas Administrativas</b>	<b>20.855.627,46</b>

<b>Despesas Registradas nos Fundos Exclusivos do Plano *</b> (Taxa de administração, Cetip, Selic, CVM, auditoria, etc.)	<b>1.215.764,80</b>
---	---------------------

\* Os valores das cotas dos fundos exclusivos estão líquidos dessas despesas. São contabilizados pela Entidade os resultados líquidos apurados pela variação das cotas. Assim, essas despesas não se caracterizam como despesas administrativas.

# Gestão dos Investimentos

# 03

Plano de Benefício Definido  
**PBD**

# Política de Investimentos para o ano de 2017 – PBD

A Política de Investimentos tem por objetivo estabelecer as diretrizes gerais para o gerenciamento e a aplicação dos recursos dos planos administrados pela Previdência Usiminas, em consonância com a legislação vigente.

Apresentamos a seguir o resumo das Políticas de Investimentos do Plano de Benefício Definido - PBD e do Plano de Gestão Administrativa - PGA. Os documentos foram aprovados pelo Conselho Deliberativo em 19/12/2016 para o exercício de 2017 e a íntegra dos documentos estão disponibilizadas para leitura no portal da Entidade: [www.previdenciausiminas.com](http://www.previdenciausiminas.com).

Os investimentos dos recursos dos planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar são disciplinados pela Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN nº 3.792/2009 e em suas alterações. Em paralelo, também são observadas as demais legislações publicadas pelos órgãos reguladores do sistema de previdência complementar fechado. Acompanhe:

Plano	Plano de Benefício Definido - PBD
Modalidade	Benefício Definido (BD)
Meta Atuarial	INPC + 5,50% a.a.
CNPB*	1975.0002-18
AETQ**	Marcos Aurélio Alves

\*Cadastro Nacional de Plano de Benefícios

\*\*Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado, conforme Art. 7º da Resolução do CMN nº 3.792/2009, alterado pela Resolução nº 4.275/2013.

## Diretrizes para a alocação de recursos

A gestão dos recursos do PBD busca superar a meta atuarial, obedecendo aos limites de risco estabelecidos na Política de Investimentos do plano. Como suporte à elaboração desta Política, a Entidade realizou os seguintes estudos:

**ALM - Asset Liability Management:** Os estudos de ALM são desenvolvidos com o objetivo de identificar, com base nas características da carteira de ativos do plano e no fluxo de caixa esperado para o passivo, qual seria a melhor composição para os investimentos, de forma que os resultados sejam maximizados no longo prazo.

**CFM – Cash Flow Matching:** Os estudos do CFM são realizados de forma complementar aos estudos de ALM, apresentando, como resultado, um diagnóstico mais aprofundado acerca da liquidez projetada para o plano, o que oferece maior segurança aos gestores nas alocações de longo prazo.

## Alocação dos recursos para o Plano

Apresentamos a seguir os limites de aplicação, a alocação alvo e os benchmarks por segmento de investimentos:

Segmentos de Aplicação/Alocação	Limites da Resolução 3.792/2009	PBD			Benchmark /Metas de Rentabilidade
		Mínimo	Máximo	Alvo	
Renda Fixa	100%	73%	100%	97%	IPCA +5,50% a.a.
Renda Variável	70%	0%	10%	0%	IBOVESPA / CDI + 5% a.a.
Investimentos Estruturados	20%	0%	5%	2%	IPCA + 3% a.a.
Imóveis	8%	0%	2%	0%	INPC
Operações com Participantes	15%	0%	10%	1%	INPC + 5,50% a.a.

## Controle de Riscos

No que se refere à gestão dos riscos inerentes à administração dos recursos, a Entidade realiza um conjunto de procedimentos para acompanhar o comportamento dos investimentos. No processo de gestão do Plano, foram identificados os seguintes riscos:

- Risco de Mercado
- Risco de Crédito
- Risco de Liquidez
- Risco de Desenquadramento
- Risco Legal
- Risco Operacional
- Risco Sistêmico

Estes riscos são avaliados, controlados e monitorados constantemente pela Previdência Usiminas conforme os critérios estabelecidos na Política de Investimentos do Plano.

## Acompanhamento da Política de Investimentos

O acompanhamento da Política de Investimentos do PBD é realizado mensalmente pelo Comitê de Investimentos e semestralmente pelo Conselho Fiscal, que é o órgão responsável pelo relatório conclusivo desse acompanhamento.

A Política de Investimentos poderá ser revista a qualquer momento de maneira a refletir eventos não mencionados, bem como adequá-la a novas condições de mercado e a legislação pertinente que impactem as diretrizes determinadas no documento.

# Política de Investimentos do Plano de Gestão Administrativa - PGA

Plano	Plano de Gestão Administrativa - PGA
Benchmark/Meta de Rentabilidade	IMA-S*
AETQ **	Marcos Aurélio Alves

\* Índice de Mercado ANBIMA que representa a carteira de títulos públicos pós-fixados (Taxa SELIC)

\*\* Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado, conforme Art. 7º da Resolução do CMN nº 3.792/2009, alterado pela Resolução nº 4.275/2013.

## Diretrizes para a alocação de recursos

A gestão dos recursos do PGA busca obter retorno equivalente ao benchmark, obedecendo aos limites estabelecidos na Política de Investimentos desse plano. Abaixo apresentamos os limites de aplicação, a alocação alvo e o benchmark por segmento de investimentos:

Segmento de Aplicação/Alocação	Limites da Resolução 3.792/2009	PGA			Benchmark /Metas de Rentabilidade
		Mínimo	Máximo	Alvo	
Renda Fixa	100%	100%	100%	100%	IMA-S

## Controle de Riscos

No que se refere à gestão dos riscos inerentes à administração dos recursos, a Entidade realiza um conjunto de procedimentos para acompanhar o comportamento dos investimentos. No processo de gestão do Plano, foram identificados os seguintes riscos:

- Risco de Mercado
- Risco de Crédito
- Risco de Liquidez
- Risco de Desenquadramento
- Risco Legal
- Risco Operacional
- Risco Sistêmico

Estes riscos são avaliados, controlados e monitorados constantemente pela Previdência Usiminas conforme os critérios estabelecidos na Política de Investimentos do Plano.

## **Acompanhamento da Política de Investimentos**

O acompanhamento da Política de Investimentos do PGA é realizado mensalmente pelo Comitê de Investimentos e semestralmente pelo Conselho Fiscal da Entidade que é o órgão responsável pelo relatório conclusivo desse acompanhamento.

A Política de Investimentos poderá ser revista a qualquer momento de maneira a refletir eventos não mencionados, bem como adequá-la a novas condições de mercado e a legislação pertinente que impactem as diretrizes determinadas no documento.

# Demonstrativo de Investimentos - PBD

em 31 de dezembro de 2016 (em R\$)

Relatório de Resumo do Demonstrativo de Investimentos - PBD	
<b>Total Demonstrativo de Investimentos</b>	<b>1.458.040.189,41</b>
Total Recursos do Plano (Fonte: balancete)	1.458.040.189,40
Diferença	0,01
<b>Demonstrativo de Investimentos - Carteira Própria - Total</b>	<b>1.365.295.756,49</b>
Depósitos	15.474.361,16
Títulos Públicos	904.057.690,49
Títulos Privados	443.135.077,95
Empréstimos/Financiamentos	5.920.877,18
Carteira Imobiliária	12.279.623,54
Valores a Pagar/Receber	(129.973,34)
Exigível Contingencial/Investimentos	(15.441.900,50)
<b>Demonstrativo de Investimentos - Fundos</b>	<b>92.744.432,90</b>
BTG EMISS II	1.556.909,12
FIDC CEDAE	1.140.752,65
FIDC CESP IV	166.338,15
FIDC ECO MULTI	1.159.851,36
FIP OLEO E GÁS	1.840.915,27
INVIS III FIP	895.226,16
FIP NEO	7.354.415,82
FIC FIP PATRIA	8.438.473,56
BRASIL ENERGIA	2.822.861,46
ITAÚ FEDERAL CP	53.957,25
BB FII	680.760,00
BRADESCO TRIUMPH	40.487.193,98
ITAÚ HIGH GRADE	15.603.158,95
BNP PARIBAS MATCH	10.392.226,61
SANTOS CREDIT YELD	151.392,52

Relatório de Resumo do Demonstrativo de Investimentos - PGA	
<b>Total Demonstrativo de Investimentos:</b>	<b>60.611.618,88</b>
Total Recursos do Plano (Fonte: balancete)	60.611.618,90
Diferença	0,02
<b>Demonstrativo de Investimentos - Carteira Própria - Total</b>	<b>6.537.366,04</b>
Depósitos	2.999,28
Títulos Privados	6.534.366,76
<b>Demonstrativo de Investimentos - Fundos</b>	<b>54.074.252,82</b>
ITAÚ HIGH GRADE	6.626.424,50
BNP PARIBAS MACTH	4.415.403,74
BRADESCO TRIUMPH	43.032.424,57

# Montante de Investimentos com Gestão Terceirizada - PBD

em 31 de dezembro de 2016 (em R\$)

Segmento	Gestor	Valor
<b>Renda Fixa</b>		
FIDC CESP IV	BRAM BRADESCO ASSET	166.338,15
FIC ITAÚ FEDERAL PROVISION CURTO PRAZO	BANCO ITAU UNIBANCO S/A	53.957,25
FIDC ECO MULT COMMODITIES FINANCEIROS AGROPECUÁRIOS	ECO GESTÃO DE ATIVOS	1.159.851,37
FI RF TRIUMPH <sup>(1)</sup>	BRAM BRADESCO ASSET	40.487.193,98
BTG PACTUAL EMISSÕES PRIMÁRIAS II FIRF CP	BTG PACTUAL ASSET MANAGEMENT	1.556.909,12
FIDC CEDAE	BTG PACTUAL ASSET MANAGEMENT	1.140.752,66
ITAÚ HIGH GRADE	BANCO ITAU UNIBANCO S/A	15.603.158,95
BNP MATCH DI	BNP PARIBAS ASSET MANAGEMENT	10.392.226,61
SANTOS CREDIT YIELD	MACROINVEST GESTÃO DE RECURSOS	151.392,52
<b>Total Fundos Renda Fixa</b>		<b>70.711.780,61</b>
<b>Estruturados</b>		
FIP INVESTIDORES INSTITUCIONAIS III	ANGRA PARTNERS GESTÃO DE RECURSOS	895.226,16
FIP ÓLEO E GÁS	BRASIL PLURAL	1.840.915,27
FIP NEO CAPITAL MEZANINO	NEO GESTÃO DE RECURSOS	7.354.415,83
FICFIP PATRIA REAL ESTATE II PRIVATE	PATRIA INVESTIMENTOS	8.438.473,56
FIP BRASIL ENERGIA RENOVAVEL	BRASIL PLURAL	2.822.861,47
FII BB PROGRESSIVO II	VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT	680.760,00
<b>Total Estruturados</b>		<b>22.032.652,29</b>
<b>Total Terceirizado</b>		<b>92.744.432,90</b>
<b>Total dos Investimentos</b>		<b>1.473.678.099,65</b>
<b>Total Terceirizados / Total Investimentos</b>		<b>6,29%</b>

(1) Fundo Exclusivo da Entidade, cujos recursos são mantidos em fundo de renda fixa com liquidez imediata para atendimento às necessidades de fluxo de caixa de curto prazo do Plano. Tais recursos também podem ser utilizados para investimentos de longo prazo de acordo com as condições do Plano e de mercado.

Alocação por Gestor do Total Terceirizado		
Gestor	%	Valor
BRAM BRADESCO ASSET	43,83%	40.653.532,13
BTG PACTUAL ASSET MANAGEMENT	2,91%	2.697.661,78
ITAÚ UNIBANCO S.A	16,88%	15.657.116,20
ECO GESTÃO DE ATIVOS	1,25%	1.159.851,37
ANGRA PARTNERS GESTÃO DE RECURSOS	0,97%	895.226,16
BRASIL PLURAL	5,03%	4.663.776,74
NEO GESTÃO DE RECURSOS	7,93%	7.354.415,83
PATRIA INVESTIMENTOS	9,10%	8.438.473,56
VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT	0,73%	680.760,00
BNP PARIBAS ASSET MANAGEMENT	11,21%	10.392.226,61
MACRO INVEST GESTÃO DE RECURSOS	0,16%	151.392,52
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>92.744.432,90</b>

## Montante de Investimentos com Gestão Terceirizada - PGA

em 31 de dezembro de 2016 (em R\$)

Segmento	Gestor	Valor
<b>Renda Fixa</b>		
FI RF TRIUMPH <sup>(1)</sup>	BRAM BRADESCO ASSET	43.032.424,61
ITAU HIGH GRADE	BANCO ITAU UNIBANCO S/A	6.626.424,51
BNP MATCH DI	BNP PARIBAS ASSET MANAGEMENT	4.415.403,74
<b>Total Fundos Renda Fixa</b>		<b>54.074.252,86</b>
<b>Total dos Investimentos</b>		<b>60.611.618,90</b>
<b>Total Terceirizados / Total Investimentos</b>		<b>89,21%</b>

(1) Fundo Exclusivo da Entidade, cujos recursos são mantidos em fundo de renda fixa com liquidez imediata, aguardando uma oportunidade para sua realocação em investimentos de longo prazo. Os recursos são direcionados também para o fluxo de caixa de curto prazo da Entidade.

Segmento	%	Valor
BRAM BRADESCO ASSET	79,58%	43.032.424,61
BANCO ITAU UNIBANCO S/A	12,25%	6.626.424,51
BNP PARIBAS ASSET MANAGEMENT	8,17%	4.415.403,74

## Distribuição dos Investimentos por Segmento

em 31 de dezembro de 2016

Segmento de Investimento	PBD	
	Valor R\$mil	Total
<b>Renda Fixa</b>	1.417.904	97,23%
<b>Renda Variável</b>	-	0,00%
<b>Operações c/ Participantes</b>	5.921	0,41%
<b>Imóveis</b>	12.346	0,85%
<b>Investimentos Estruturados</b>	22.033	1,51%
<b>Caixa</b>	32	0,00%
<b>Saldo em 12/2016</b>	<b>1.458.236</b>	<b>100</b>

## Cenário econômico

O ano de 2016 foi marcado pela crise política no país que culminou no impeachment de Dilma Rousseff, afastada da presidência da república no mês de maio por ter sido condenada sob acusação de ter cometido crimes de responsabilidade fiscal. Com o afastamento da Presidente Dilma Rousseff, o Vice Presidente Sr. Michel Temer assumiu o governo e promoveu mudanças importantes nos ministérios, com destaque para a nova equipe econômica liderada pelo Sr. Henrique Meirelles, novo ministro da Fazenda.

O novo governo se comprometeu a implementar medidas necessárias para ajustar as contas públicas e reequilibrar os gastos do governo para recuperar a credibilidade dos investidores. Esta mudança de postura do governo provocou uma melhora das perspectivas em relação à condução da política fiscal e econômica do país e melhorou também o humor do mercado financeiro.

Diante de um ambiente econômico mais favorável para a ancoragem das expectativas em relação à inflação, o Banco Central do Brasil, com o novo presidente e nova diretoria, iniciou o ciclo de redução da taxa Selic com o intuito de estimular a economia. A taxa Selic que iniciou o ano em 14,25% foi reduzida para 13,75% na última reunião do ano, com a sinalização do Banco Central de que haveria espaço para reduções mais acentuadas ao longo do ano de 2017.

Apesar da melhora das perspectivas em relação ao novo governo, a economia do país apresentou fraco desempenho no ano de 2016, com o agravamento da recessão econômica, crescimento acentuado do número de empresas que entraram com pedido de Recuperação Judicial e Falência e o aumento da taxa de desemprego.

No cenário internacional, o destaque foi a saída do Reino Unido da União Europeia e a eleição de Donald Trump para presidente dos Estados Unidos. A eleição de Trump surpreendeu o mercado e contribuiu para aumentar a volatilidade dos ativos financeiros, pois o candidato eleito discursou, em sua campanha eleitoral, a favor da expansão fiscal, pela adoção de políticas comerciais protecionistas e desregulamentação financeira.

# Indicadores

Em relação aos principais indicadores que norteiam a gestão dos investimentos pela Previdência Usiminas, verifica-se o seguinte:

Índices	Projeções de 13/11/2015, utilizadas nas PIs de 2016	2016 - Efetivo
IPCA	6,49%	6,29%
INPC	5,77%	6,58%
IGP-M	6,42%	7,19%
Selic Fim Ano	13,30%	13,75%
Selic Média	13,92%	14,03%
Dólar (29/12/16)	4,08	3,25
PIB	-1,83%	-3,60%

Os pontos de maior destaque foram:

**Inflação:** o IPCA, indicador oficial do governo para monitoramento dos preços, ficou levemente abaixo do esperado. Já o INPC, que corrige o passivo dos planos BD e CV variou quase 1 ponto percentual acima do projetado.

**PIB:** em relação à atividade econômica, verificou-se uma retração muito acima da esperada, o que, conforme já comentado, ficou refletido no aumento do desemprego.

**Dólar:** no ano de 2016 o dólar se desvalorizou frente ao Real em 16,54%, também contrariando as projeções, que tinham como cenário base um ambiente ainda de continuada deterioração da economia.

Em relação aos investimentos, considerando as mudanças nas perspectivas dos agentes de mercado após o impeachment, os ativos de Renda Fixa foram impactados positivamente, conforme se verifica nos resultados do ano refletidos nos indicadores **IRF-M** (23,37%) e **IMA-B** (24,81%).

A principal justificativa para os resultados apresentados foi a discussão em torno da alteração da trajetória do endividamento do governo, que fez com que os agentes passassem a acreditar que, com isso, haveria espaço para que os juros futuros caíssem. Dessa forma, os preços dos ativos de Renda Fixa passaram a ser negociados a menores taxas, fazendo com que os preços aumentassem.

Os ativos de Renda Variável foram também impactados positivamente, conforme pode ser percebido nos resultados auferidos pelos indicadores: **IBOVESPA** (38,94%), **IDIV** (60,49%) e **IVBX-2** (21,05%).

Apesar de as medidas não impactarem de imediato os balanços das empresas, que continuam apresentando prejuízo, com alto nível de alavancagem e em um ambiente de atividade econômica fraca, a simples mudança de perspectiva foi suficiente para que o mercado antecipasse as compras, pressionando os preços dos papéis para cima.

## Rentabilidade dos Investimentos

Os investimentos do plano PBD auferiram retorno de 13,69%, enquanto a variação da meta atuarial foi de 13,30% no período. A cota contábil obteve retorno de 14,44%.

Na avaliação do desempenho por segmento de aplicação, apenas os segmentos de Renda Fixa e de Empréstimos superaram os benchmarks estabelecidos na Política de Investimentos, conforme pode ser percebido no quadro a seguir:

Segmento	Rentabilidade	Benchmark	
Renda Fixa	14,55%	12,67%	IPCA + 6,00%
Renda Variável*	-12,88%	11,41%	IVBX-2
Investimentos Estruturados	-5,31%	14,79%	IPCA + 8,00%
Imóveis	-19,46%	6,58%	INPC
Empréstimos	20,23%	12,44%	INPC + 5,50%
Rentabilidade dos Investimentos	13,69%	13,30%	Meta Atuarial
Cota Contábil	14,44%		<b>INPC** + 5,50%</b>

\* Variação até o mês de 06/2016, quando a carteira de Renda Variável foi encerrada

\*\* INPC defasado em 1 mês

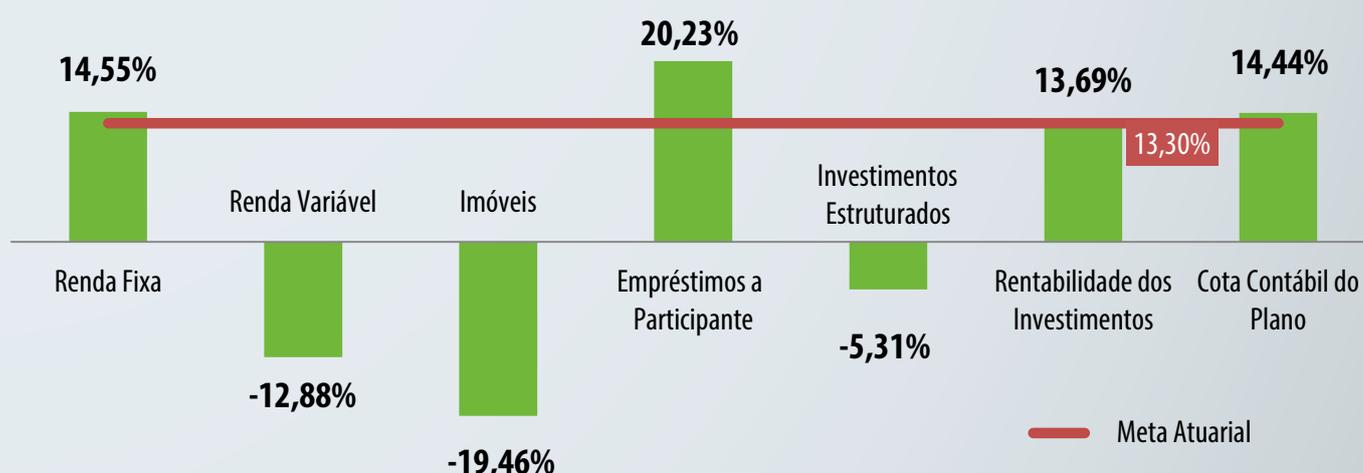
A concentração dos recursos do PBD em Renda Fixa é de 97%, haja vista as alocações realizadas em conformidade com os estudos de CFM, e, desse total, cerca de 70% são de títulos marcados na curva. Considerando o montante alocado em Renda Fixa, observa-se que o desempenho consolidado do plano reflete, basicamente, o desempenho desse segmento.

A carteira de empréstimo teve comportamento conforme o esperado, sendo que os segmentos de Renda Variável, Investimentos Estruturados e Imóveis contribuíram negativamente para o resultado.

A carteira de Renda Variável foi encerrada no mês de junho de 2016, conforme processo decisório de outubro de 2015, aprovado pelo Comitê de Investimentos. Em relação aos Investimentos Estruturados, o desempenho refletiu os aprovisionamentos feitos em alguns dos Fundos de Investimentos em Participações (FIP) da carteira, haja vista a baixa perspectiva de recuperação de valor de algumas empresas investidas. Os segmentos de Renda Variável e de Investimentos Estruturados são dependentes do desempenho da economia real. Apesar dos indicadores de bolsa terem registrado variações positivas, a atividade econômica em 2016 ainda foi recessiva.

O segmento de imóveis obteve retorno abaixo do esperado em consequência da reavaliação negativa do Ed. Ouro Branco, único imóvel da carteira e que apresenta elevado índice de vacância.

### Rentabilidade PBD X Meta Atuarial



## PGA – Plano de Gestão Administrativa

Apresentamos abaixo a composição da carteira de investimentos do PGA em 31/12/2016 com valores em milhares de reais:

Segmento de Investimento	PGA	
	Valor R\$ mil	% Total
Renda Fixa	60.609	100,00%
Caixa	3	0,00%
<b>Saldo em Dezembro de 2016</b>	<b>60.612</b>	<b>100,00%</b>

No quadro a seguir, está demonstrada a rentabilidade do PGA e do índice utilizado como referência de desempenho:

Plano	Rentabilidade 2016
PGA	14,15%
<b>IMA-S</b>	<b>13,83%</b>

A alocação dos recursos do PGA é realizada com foco na preservação da liquidez. Esse plano é responsável pelo fluxo de caixa das despesas administrativas dos planos de benefícios.

A alocação dos recursos do PGA é feita somente no segmento de Renda Fixa, com a diversificação realizada por meio da alocação em fundos de investimentos de Renda Fixa Referenciados no CDI e em títulos de Instituições Financeiras, conforme estratégia aprovada pelo Comitê de Investimentos para esse plano.

# Governança

# 04

Plano de Benefício Definido  
**PBD**

# Posse dos membros dos Órgãos Estatutários

Em junho de 2016 tomaram posse para um mandato de dois anos os membros dos órgãos Estatutários da Previdência Usiminas, a saber:

DIRETORIA-EXECUTIVA	
Rita Rebelo Horta de Assis Fonseca	Diretora-Presidente
Ely Tadeu Parente da Silva	Diretor de Benefícios
Marcos Aurélio Alves	Diretor Financeiro

CONSELHO DELIBERATIVO			
TITULAR	SUPLENTE	REPRESENTAÇÃO	INDICAÇÃO
Gileno Antônio de Oliveira (Presidente)	Ivan Lage de Araújo	PATROCINADORAS	Usiminas
Roberto Luís Prosdocimi Maia (Presidente Substituto)	Milton Marques de Oliveira <sup>1</sup>		
Sérgio Carvalho Campos	Diego Castro Giglio		
Américo Ferreira Neto	Marcos Rodrigues Mendes		
Leonardo Almeida Zenóbio	Sílvio Henrique Chagas		
José Carlos de Carvalho Gallinari	Adriana Leite Chaves Quintela		
Adilson Pereira Gonçalves	Pedro Julião Dornelas		
Gustavo Torres da Cunha Jardim	Bruno Fonseca Campos		
Rinaldo Dantas Coelho	Patrícia dos Santos	PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	PLR
Ailton Saraiva Lessa	Valmir Galli		AAPI
Maria Ignez Gerken de Sousa	Wellington Cândido de Almeida		AAPPU
Nilton Oliveira <sup>2</sup>	Walter Pereira de Carvalho <sup>2</sup>		ATMAS/ABRACO

(1) Conselheiro até Julho/2017

(2) Data da posse: Julho/2017

CONSELHO FISCAL			
TITULAR	SUPLENTE	REPRESENTAÇÃO	INDICAÇÃO
Julio Mendez Arroyo (Presidente)	Lívia Cristina Pulis Ateniense	PATROCINADORAS	Usiminas
Rodrigo Trindade Fogaça (Presidente Substituto)	Romolo Gonçalves de Paula		
Adriane Vieira Oliveira Albuquerque	Mariana Assunção Soares		
Geraldo Magela Moura	Luis Márcio Araújo Ramos		
Agnus Dei Martins	Cristiano Estevão Figueiredo	PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	PLR
Galbas da Silva <sup>1</sup>	Adelino Jordão de Farias <sup>1</sup>		ATMAS/ABRACO

(1) Data da posse: Julho/2017

# Habilitação / Certificação / Qualificação

Arcabouço legal: Resolução do CMN nº 3.792, de 24/09/2009; Resolução CNPC nº 19, de 30/03/2015; Instrução PREVIC nº 28, de 12/05/2016; e, Instrução PREVIC nº 6, de 29/05/2017, que revogou a Instrução PREVIC nº 28.

## Habilitação

A Instrução PREVIC nº 6, de 29/05/2017, redefiniu os procedimentos para certificação e habilitação de membros da diretoria-executiva, dos conselhos deliberativo e fiscal e dos demais profissionais de entidade fechada de previdência complementar – EFPC, sendo a principal alteração, a obrigação de envio de documentação para a PREVIC, para habilitação prévia daquela Superintendência, somente dos membros da Diretoria-Executiva. Apenas as Entidades Sistemicamente Importantes (ESI) deverão providenciar a habilitação prévia dos membros do conselho deliberativo e do conselho fiscal. A Previdência Usiminas não está relacionada no ESI, e sua Diretoria-Executiva obteve sua habilitação concedida pela PREVIC, cumprindo assim a obrigação legal.

## Certificação

A Instrução PREVIC nº 6, de 29/05/2017 determina que a certificação atestará, por meio de processo realizado por instituição autônoma certificadora reconhecida pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, a comprovação de atendimento e a verificação de conformidade dos requisitos técnicos necessários para o exercício de determinado cargo ou função.

Os membros da diretoria-executiva, a maioria dos membros titulares e a maioria dos membros suplentes dos conselhos deliberativo e fiscal deverão ser certificados em até um ano a partir da posse, uma vez que a Previdência Usiminas é regida pela Lei Complementar Nº 109, de 29/05/2001. O Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - AETQ, os membros dos comitês de assessoramento que atuam na avaliação e aprovação de investimentos e os demais empregados da EFPC diretamente responsáveis pela aplicação dos recursos garantidores dos planos, deverão estar certificados previamente ao exercício do cargo.

Em 31/12/2016, estavam certificados:

- todos os membros da Diretoria-Executiva;
- todos os membros do Comitê de Investimentos;
- a maioria dos empregados da gerência de Conformidade;
- a maioria dos empregados da gerência de Investimentos, incluindo todos os participantes do processo de aplicação de recursos;
- o Gerente de Benefícios;
- 08 membros efetivos e 04 membros suplentes do Conselho Deliberativo;
- 03 membros efetivos e 03 membros suplentes do Conselho Fiscal.

## Qualificação

A Resolução CNPC nº 19, de 30/03/2015 define “Qualificação” como um processo continuado pelo qual o dirigente ou profissional envolvido na gestão dos planos de benefícios aprimoram seus conhecimentos e sua capacitação para o exercício de suas atribuições na EFPC.

Com o objetivo de expandir os conhecimentos relacionados ao segmento de Previdência Complementar e estimular o processo de Educação Continuada, a Previdência Usiminas incentiva seus conselheiros, dirigentes e empregados a participarem de eventos, cursos e seminários, priorizando sempre a modalidade de Ensino a Distância – EAD. Há também representantes da Entidade nas Comissões Técnicas Regionais da Abrapp, fórum para discussão técnica relacionada às diversas atividades dos Fundos de Pensão.

## Comissões Técnicas da Abrapp e Comitês Internos da Previdência Usiminas

Assuntos jurídicos, Atuariais, Comunicação e Marketing, Contabilidade, Governança, Investimentos, Relacionamento com o Participante e Seguridade são os principais temas das Comissões Técnicas da Abrapp. Em 2016, a Entidade estava representada em 8 (oito) Comissões Regionais e 1 (uma) Comissão Nacional. A participação possibilita o intercâmbio de experiências e de melhores práticas adotadas, oferecendo subsídios para a realização de estudos, treinamento, apoio técnico e desenvolvimento dos profissionais do sistema.

Adicionalmente, os Comitês internos da Previdência Usiminas (Investimentos e Comunicação) mantiveram-se atuantes em 2016, propiciando subsídios para decisões mais assertivas, uma vez que os temas são debatidos por membros da diretoria-executiva, gestores e colaboradores, que compartilham estratégias e decisões importantes.

## 37º Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão

“Previdência Complementar: um novo projeto para o país”. Este foi o tema central do 37º Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão, realizado de 12 a 14 de setembro, em Florianópolis (SC). O evento é considerado o maior do setor na América Latina, com a tradição em proporcionar um forte conteúdo técnico ancorado sempre nos temas mais atuais da agenda dos Fundos de Pensão. Palestras de especialistas nacionais e internacionais, mesas redondas e apresentações técnicas foram enriquecidas por debates e reflexões sobre os principais desafios do mercado. A Previdência Usiminas esteve representada pelo Presidente do Conselho Deliberativo, Gileno Antonio de Oliveira, pela Conselheira Maria Ignez Gerken de Sousa, e pelo Diretor de Benefícios, Ely Tadeu Parente da Silva. Em tempo onde são grandes os desafios, em que exigências de formação e responsabilidade dos dirigentes são cada vez maiores, essa participação é bastante oportuna para agregar novos conhecimentos e trocar experiências práticas relacionadas ao dia-a-dia das entidades.

## Ação Fiscal

Em 04 de abril de 2016 a Previdência Usiminas recebeu ofício da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC comunicando a abertura de processo de fiscalização. A ação obedece a uma rotina do órgão regulador e fiscalizador com o objetivo de verificar os procedimentos adotados nas diversas áreas da Entidade e avaliar aspectos relacionados à governança, controles internos, processos e estrutura organizacional.

A ação fiscal foi realizada de acordo com os critérios da nova modalidade de fiscalização da PREVIC, denominada de “Supervisão Permanente”, que trata de forma dinâmica e contínua a troca de informações e a avaliação das ações e práticas pelos Fundos de Pensão. Durante o processo foram realizadas reuniões frequentes com os membros da diretoria-executiva, dos conselhos deliberativo e fiscal, com os gestores e o corpo técnico da Entidade.

Em 10 de março de 2017, a Previdência Usiminas recebeu o Ofício nº 17/2017/ERMG/DIFIS/PREVIC, informando sobre a finalização do processo e que a Entidade não foi selecionada para ser objeto de Supervisão Permanente no ano de 2017. Dos itens que foram objeto de determinação/recomendação pelo referido Ofício, alguns já foram implementados, outros estão em processo de implementação.

## Patrocinadoras PBD

Previdência Usiminas

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS

Acesse o portal da Previdência Usiminas - [www.previdenciausiminas.com](http://www.previdenciausiminas.com) - para ler a íntegra dos documentos com as informações apresentadas nesta publicação.

## Belo Horizonte/MG

Rua Professor José Vieira de Mendonça, 3.011 - 1º Andar  
Engenho Nogueira - CEP: 31310-260 - Telefone: (31) 3499-8360

## Cubatão/SP

Rodovia Cônego Domênico Rangoni, Km 06 – S/Nº - Parque Industrial  
Jardim das Indústrias - CEP: 11.573-000 - Telefone: (13) 3362-2076

## Ipatinga/MG

Avenida Presidente Castelo Branco, 632 - loja 1  
Horto - CEP: 35160-294 - Telefone: (31) 3824-7600

## Santos/SP

Avenida Conselheiro Nébias, 370  
Vila Mathias - CEP: 11015-002 - Telefone: (13) 3228-7722

[www.previdenciausiminas.com](http://www.previdenciausiminas.com)

[previdenciausiminas@previdenciausiminas.com](mailto:previdenciausiminas@previdenciausiminas.com)

**Telefone: 0800 083 1111**